

SIMULADO ESPECIAL

TRT 8

Pós-Edital

Oficial de Justiça
Avaliador Federal

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **TRT-8**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/c7vTZT9fJiZW9Z5k8

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/kpugoj

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4ssXjca

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO

Nasci numa fenda de serra e desci sem pressa. Não escolhi o leito: fui abrindo o que a pedra permitia e contornando o que não cedia. Os homens chegaram depois, e foi por mim que chegaram, porque água é caminho. Vi lavadeiras, vi barcos, vi a fábrica que se instalou na curva e escureceu minha água por trinta anos. Não os julgo. Aprendi que quem corre não guarda: levo o que me dão e entrego adiante, sem devolver. Quando me chamam de morto porque a represa me deteve, rio por dentro, no escuro, porque água parada ainda é água, e o que represa não me ensina a esquecer o mar.

1. Na construção da voz narrativa, o rio se define pela tensão entre:

a) submissão ao homem e orgulho da própria força.

b) aceitação do percurso imposto e recusa em guardar o que recebe.

c) memória do passado e desejo de retornar à serra.

d) indiferença ao mundo e ressentimento contra a fábrica.

e) celebração da represa e esquecimento do mar.

2. Em "Quando **me** chamam de morto", o pronome destacado exerce a função de:

a) objeto direto, e o sujeito do verbo é indeterminado.

b) objeto indireto, e o sujeito do verbo é o termo "morto".

c) partícula apassivadora, e o verbo está na voz passiva.

d) pronome reflexivo, pois o rio pratica e recebe a ação.

e) adjunto adnominal, pois indica posse.

3. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está corretamente empregado.

a) O rio começou à correr na fenda da serra.

b) As lavadeiras voltavam à margem todos os dias.

c) O rio não obedece à nenhuma barragem.

d) A represa deteve o rio à partir da curva.

e) O rio entregou-se à correr livre pela serra.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

4. Ao final do expediente, a chefe de uma secretaria de vara encontrou na copa um processo físico que deveria estar no cartório. Ela sabe que um, e apenas um, dos servidores Lúcia, Marcos, Nádia e Otávio deixou o processo ali. Questionados, eles declararam:

- Lúcia: "Foi o Marcos."
- Marcos: "Foi o Otávio."
- Nádia: "Não fui eu."
- Otávio: "O Marcos está mentindo."

Sabendo que apenas um dos quatro servidores disse a verdade, o servidor que deixou o processo na copa e o servidor que disse a verdade são, respectivamente,

a) Marcos e Otávio.

b) Nádia e Otávio.

c) Otávio e Marcos.

d) Nádia e Lúcia.

e) Lúcia e Nádia.

5. Em um tribunal, uma equipe de 6 servidores, trabalhando 5 horas por dia, digitalizou 4.800 páginas de autos em 8 dias. Para um novo lote de 7.200 páginas, foram designados 4 servidores, que trabalharão 6 horas por dia. Considerando que todos os servidores mantêm o mesmo ritmo de trabalho, o número de dias necessários para que a nova equipe digitalize todo o novo lote é

a) 10.

b) 12.

c) 13.

d) 15.

e) 18.

6. Um lote de processos de um cartório pode ser separado em pacotes de 6, de 8 ou de 10 processos, mas, em qualquer desses casos, sobram exatamente 4 processos fora dos pacotes. Se, por outro lado, o lote for separado em pacotes de 7 processos, não sobra nenhum. O menor número possível de processos desse lote é

a) 124.

b) 244.

c) 364.

d) 484.

e) 604.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

7. Em um levantamento realizado com servidores de determinado setor do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foram registradas as quantidades de processos administrativos analisados por cada servidor durante um dia de trabalho. Os resultados foram organizados na tabela a seguir.

Quantidade de Processos	Número de Servidores
4	2
6	3
8	4
10	1

Com base nos dados apresentados, a média aritmética do número de processos analisados por servidor é igual a

a) 6,0.

b) 6,8.

c) 7,0.

d) 7,2.

e) 7,5.

8. Considere os valores referentes ao tempo, em minutos, gasto por cinco servidores para concluir determinada tarefa administrativa, em um procedimento de rotina:

$$2, 4, 4, 4, 6$$

Para avaliar a dispersão dos tempos observados, um analista decidiu calcular a variância populacional dos dados, considerando cada um dos cinco valores como uma observação do conjunto completo em análise.

A variância populacional desses tempos, em minutos ao quadrado, é igual a

a) 0,8.

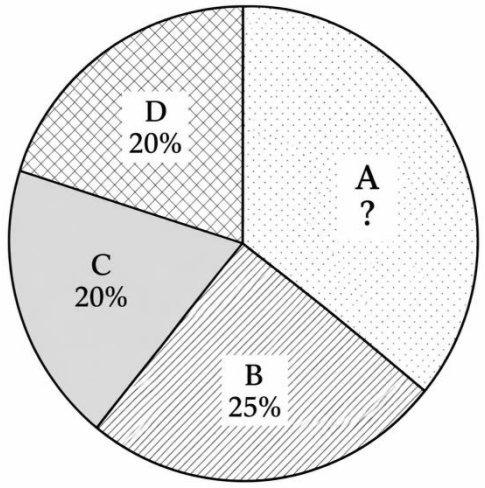
b) 1,0.

c) 1,2.

d) 1,6.

e) 2,0.

9. Em um levantamento sobre a distribuição de 240 solicitações recebidas por determinado setor administrativo, verificou-se a participação percentual de cada categoria de solicitação, conforme os dados apresentados a seguir.



Considerando que cada solicitação pertence a uma única categoria, o número de solicitações classificadas nas categorias A ou C corresponde a

a) 108.

b) 120.

c) 124.

d) 128.

e) 132.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

10. Durante a preparação de um relatório destinado a apresentar a estrutura organizacional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, um servidor consultou o art. 3º do Regimento Interno do Tribunal, que enumera expressamente os órgãos que o integram. Considerando exclusivamente as disposições do referido artigo, assinale a alternativa que NÃO apresenta um órgão expressamente previsto no rol regimental.

a) O Tribunal Pleno e as Seções Especializadas.

b) A Presidência e a Vice-Presidência.

c) O Conselho da Ordem do Mérito Jus et Labor e a Escola da Magistratura.

d) As quatro Turmas e os(as) Desembargadores(as) do Trabalho.

e) A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

11. Considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região relativas à composição das Turmas e Seções Especializadas, às vedações impostas aos(às) Desembargadores(as) do Trabalho e à competência para processá-los(as) nos crimes comuns e de responsabilidade, assinale a alternativa incorreta.

a) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau, não poderão ter assento na mesma Turma ou Seção Especializada.

b) Os(As) Desembargadores(as) podem exercer outro cargo ou função, ainda que estejam em disponibilidade, desde que haja compatibilidade de horário.

c) É vedado aos(às) Desembargadores(as) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participações em processos.

d) Os(As) Desembargadores(as) não podem dedicar-se à atividade político-partidária.

e) Os(As) Desembargadores(as) respondem, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, perante o Superior Tribunal de Justiça.

12. No âmbito de um Tribunal Regional do Trabalho, a administração passou a revisar os métodos de gestão e organização do trabalho, com o objetivo de prevenir e enfrentar práticas de violência, assédio e discriminação. Durante uma reunião, foram discutidas medidas relacionadas à participação coletiva, à diversidade, à comunicação entre as equipes e à responsabilidade dos gestores, bem como ao registro dos acolhimentos realizados pelo Comitê competente. Considerando o disposto nos arts. 5º e 6º da Resolução CSJT nº 360/2023, assinale a alternativa incorreta.

a) A prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação devem ter como base a gestão e a organização do trabalho, fomentando-se a gestão participativa, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.

b) Deve-se assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e impedir mecanismos, práticas de gestão e atitudes que favoreçam o assédio.

c) A promoção da comunicação horizontal, do diálogo, do feedback e de canais de escuta e discussão constitui diretriz destinada a identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.

d) Para fins estatísticos internos do Comitê e de construção de políticas públicas, será registrado exclusivamente o número de acolhimentos, sem identificação dos dados nominais ou dos detalhes do caso.

e) Os gestores e as gestoras são exclusivamente responsáveis pela análise crítica dos métodos de gestão e organização do trabalho adotados em sua unidade, não lhes cabendo corresponsabilidade pela promoção de relações de respeito à diversidade, cooperação e resolução de conflitos na equipe.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

13. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

a) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, permitida a proibição de regresso.

b) Todo ser humano, vítima de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

c) A vontade do povo será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

d) A apatridia é legitimamente reconhecida como um direito.

e) Todo ser humano tem direito à instrução, que será gratuita, pelo menos nos graus elementares, fundamentais e superior.

14. Considere:

I – Deve ser assegurado às mães que trabalham licença remunerada ou licença acompanhada de benefícios previdenciários adequados.

II – O emprego de crianças e adolescentes é expressamente vedado.

III – O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados devem ser assegurados pelos Estados Membros.

De acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), está correto o que se afirma em:

a) I e III, apenas.

b) I, apenas.

c) I, II e III.

d) III, apenas.

e) II, apenas.

15. De acordo com a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros,

a) terão *status* supralegal.

b) serão equivalentes à lei ordinária.

c) serão equivalentes à lei complementar.

d) terão *status* supraconstitucional.

e) serão equivalentes às emendas constitucionais.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

16. Considerando a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.

a) A deficiência afeta a plena capacidade civil da pessoa, de modo que a pessoa com deficiência não pode casar-se sem autorização judicial.

b) A curatela, quando necessária, abrange todos os atos da vida civil da pessoa com deficiência, inclusive os de natureza existencial.

c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, que pode casar-se e constituir união estável; a curatela é medida extraordinária e alcança apenas atos de natureza patrimonial e negocial.

d) A pessoa com deficiência não pode decidir sobre o número de filhos, ato que depende sempre de autorização do curador.

e) A curatela deve ser decretada automaticamente sempre que houver laudo médico atestando deficiência intelectual.

17. Segundo a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 10.048/2000, sobre o atendimento prioritário à pessoa com deficiência, analise as afirmativas abaixo.

I. O atendimento prioritário compreende, entre outras finalidades, a proteção e o socorro da pessoa com deficiência em quaisquer circunstâncias.

II. A prioridade de atendimento aplica-se apenas às repartições públicas, não alcançando instituições financeiras e demais serviços privados abertos ao público.

III. Os direitos de atendimento prioritário são extensivos ao acompanhante ou ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, observadas as exceções previstas na lei.

IV. A pessoa com deficiência auditiva fica excluída do conceito legal de pessoa com deficiência, por não se enquadrar nas hipóteses de impedimento de longo prazo previstas no Estatuto.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão corretas.

c) II e III estão corretas.

d) II e IV estão corretas.

e) I, III e IV estão corretas.

18. Com base na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto nº 5.296/2004, analise as afirmativas abaixo sobre acessibilidade e barreiras.

I. A acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, transportes e sistemas de comunicação e informação pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

II. A Lei classifica as barreiras em urbanísticas, arquitetônicas nas edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.

III. A reserva de vagas em estacionamentos para veículos que transportem pessoa com deficiência deve corresponder a 5% do total, com no mínimo uma vaga.

IV. As normas de acessibilidade aplicam-se apenas às edificações de uso público, excluindo as de uso coletivo e as de uso privado multifamiliar.

V. A barreira atitudinal é uma das categorias de barreira.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.
b) I e III estão corretas.
c) II e IV estão corretas.
d) III, IV e V estão corretas.
e) I, II e V estão corretas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

19. Um servidor criou uma planilha no Google Drive e precisa compartilhá-la com três colaboradores. O primeiro deverá apenas consultar os dados, o segundo poderá inserir comentários e o terceiro ficará responsável por atualizar as informações. Para atender a essas necessidades, as permissões deverão ser atribuídas, respectivamente, como

a) leitor, editor e comentador, pois a permissão de editor permite apenas visualizar o conteúdo, enquanto a de comentador autoriza alterações nas células.
b) comentador, leitor e editor, pois a permissão de comentador impede a inclusão de observações e restringe o acesso à visualização.
c) editor, comentador e leitor, pois a permissão de leitor permite modificar os dados da planilha sem alterar suas configurações de compartilhamento.
d) leitor, comentador e editor, pois essas permissões permitem, respectivamente, visualizar o arquivo, adicionar comentários sem modificar seu conteúdo e realizar alterações nos dados.
e) leitor, comentador e proprietário, pois a atualização dos dados exige obrigatoriamente a transferência da propriedade do arquivo ao colaborador responsável.

20. A instituição disponibiliza um portal interno para consulta de documentos administrativos e acesso a sistemas corporativos. Os servidores podem utilizar esses recursos na rede local e, quando autorizados, acessá-los remotamente por meio de uma conexão VPN. A característica que distingue essa estrutura de uma página pública da internet está apresentada em

a) a intranet utiliza tecnologias e protocolos comuns à internet, como HTTP e HTTPS, mas restringe o acesso aos usuários autorizados, podendo ser acessada remotamente por meio de conexões seguras.
b) a intranet depende exclusivamente de protocolos proprietários, pois o uso de HTTP e HTTPS é permitido apenas em serviços disponibilizados na internet pública.
c) o acesso remoto por VPN transforma automaticamente a intranet em uma extranet pública, eliminando a necessidade de autenticação dos usuários.
d) os navegadores utilizados na internet não podem acessar páginas de uma intranet, sendo obrigatória a instalação de aplicativos específicos para cada sistema interno.
e) a intranet exige que todos os computadores estejam conectados fisicamente à mesma rede local, impedindo o acesso a seus recursos por usuários externos, mesmo quando autorizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Marina pretende exercer uma atividade profissional lícita para a qual não existe lei estabelecendo qualificações específicas. Uma autoridade pública informa que ela deverá aguardar a edição dessa lei para iniciar a atividade.

Considerando a classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais, a orientação recebida por Marina está

a) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia limitada, cuja aplicação depende de lei integrativa que estabeleça previamente as condições e os requisitos necessários ao exercício de cada atividade.

b) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia plena, que assegura o exercício imediato da atividade e impede a imposição de qualificações profissionais por lei.

c) incorreta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, que assegura o exercício imediato da atividade, mas permite restrições legais relacionadas às qualificações necessárias ao seu desempenho.

d) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma de eficácia contida, de modo que a atuação do legislador é necessária para liberar o exercício da atividade e definir os limites correspondentes.

e) correta, pois a liberdade profissional decorre de norma programática, que estabelece uma diretriz para a atuação legislativa e não permite exigir da Administração o reconhecimento do direito antes da edição da lei regulamentadora.

22. No que se refere ao controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar

a) A ação direta de inconstitucionalidade ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal admite a impugnação de leis federais, estaduais e municipais posteriores à CF/1988, desde que a ofensa ao texto constitucional seja direta.

b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser utilizada contra atos anteriores à CF/1988, mas seu ajuizamento dispensa a verificação da existência de outro meio eficaz de sanar a lesividade.

c) No controle difuso de constitucionalidade, a declaração de inconstitucionalidade de lei por juiz de primeira instância depende de prévia manifestação do tribunal competente, em observância à cláusula de reserva de plenário.

d) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade dependem de resolução do Senado Federal para adquirir eficácia contra todos e efeito vinculante perante os demais órgãos judiciais.

e) A ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal tem por objeto lei ou ato normativo federal e exige a demonstração de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição questionada.

23. A associação Alfa teve suas atividades suspensas por ato de um secretário estadual, sob alegação de desvio de finalidade. Posteriormente, sua dissolução compulsória foi efetivada por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

À luz da CF/1988,

a) as duas medidas são inconstitucionais, pois a suspensão depende de decisão judicial e a dissolução compulsória exige o trânsito em julgado da decisão que a determine, ainda que existam indícios de ilicitude.

b) a suspensão é constitucional, pois decorre do poder de polícia da Administração, mas a dissolução é inconstitucional, uma vez que sua efetivação depende do trânsito em julgado da decisão judicial.

c) a suspensão é inconstitucional, pois somente o Judiciário pode determiná-la, mas a dissolução é constitucional, porque a sentença produz esse efeito independentemente do trânsito em julgado, caso demonstrado o desvio de finalidade.

d) as duas medidas são constitucionais, pois os indícios de desvio de finalidade autorizam a suspensão administrativa e a sentença de dissolução pode ser imediatamente executada, mesmo que ainda esteja sujeita a recurso.

e) as duas medidas são inconstitucionais, pois tanto a suspensão das atividades quanto a dissolução compulsória dependem de decisão judicial transitada em julgado, sendo vedada a adoção de qualquer dessas providências em caráter provisório.

24. Quanto aos princípios fundamentais estabelecidos na CF/1988, é correto afirmar

a) A soberania constitui atributo da União e dos Estados-membros, que a exercem nos limites de suas competências constitucionais, enquanto os Municípios dispõem apenas de autonomia administrativa e financeira.

b) A independência e a harmonia entre os Poderes asseguram a exclusividade de suas funções típicas, impedindo que o Legislativo exerça funções de julgamento ou que o Executivo produza atos normativos com força de lei.

c) O pluralismo político corresponde à liberdade de criação de partidos políticos, razão pela qual sua proteção constitucional se restringe à diversidade partidária, sem alcançar as diferentes convicções e concepções existentes na sociedade.

d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem fundamentos da República, enquanto a redução das desigualdades sociais e regionais integra seus objetivos fundamentais, orientando a atuação estatal.

e) A prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz integram os objetivos fundamentais da República, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais orientam suas relações internacionais.

25. Laura, de 18 anos, nasceu na Espanha, filha de mãe brasileira que trabalhava em empresa privada. Seu nascimento foi registrado em repartição consular brasileira competente, e ela sempre residiu no exterior.

Nesse caso, conforme a CF/1988, Laura

a) somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e, após estabelecer residência no País, formalizar a opção pela nacionalidade brasileira, pois o registro consular não dispensa esses requisitos.

b) é brasileira nata, pois o registro consular brasileiro lhe atribui nacionalidade originária, sendo desnecessário que venha a residir no Brasil ou que faça opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

c) poderá adquirir a condição de brasileira naturalizada mediante requerimento, desde que resida no Brasil pelo prazo constitucional de um ano ininterrupto e comprove idoneidade moral, em razão de sua ascendência brasileira.

d) somente seria brasileira nata se sua mãe estivesse a serviço da República Federativa do Brasil na ocasião do nascimento, sendo insuficiente o registro consular quando o trabalho desenvolvido no exterior tiver natureza privada.

e) é brasileira nata em razão do registro consular, mas deverá confirmar essa condição após atingir a maioridade, mediante opção expressa perante a Justiça Federal, sob pena de perder a nacionalidade brasileira.

26. Segundo as disposições expressas da CF/1988 sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, é correto afirmar

a) As pretensões relativas aos créditos de natureza trabalhista submetem-se à prescrição quinquenal para trabalhadores urbanos e rurais, observado o prazo bienal para ajuizamento da ação após a extinção do respectivo contrato.

b) A irredutibilidade salarial admite exceção por acordo individual escrito entre empregado e empregador, desde que a redução seja temporária e esteja fundamentada em dificuldades econômicas comprovadas da empresa, preservado o salário mínimo.

c) O trabalho noturno deve ser remunerado em valor superior ao diurno, salvo se o empregado concordar expressamente com a equiparação das remunerações mediante ajuste individual celebrado no momento da contratação.

d) O décimo terceiro salário tem como base o salário básico do trabalhador, excluídas as demais parcelas remuneratórias, e é assegurado exclusivamente aos empregados em atividade, sem extensão aos aposentados.

e) A participação nos lucros ou resultados integra a remuneração do trabalhador para todos os efeitos, enquanto a participação na gestão da empresa constitui direito de exercício obrigatório, independentemente de previsão legal.

27. Diante da inexistência de lei federal sobre normas gerais de proteção à infância e à juventude, o Estado Alfa editou lei para atender às suas peculiaridades. Posteriormente, a União estabeleceu normas gerais sobre o tema, incompatíveis com parte da legislação estadual.

Nessa situação, à luz da CF/1988

a) a lei estadual era inconstitucional desde a origem, pois a competência suplementar dos Estados pressupõe a edição prévia de normas gerais pela União, não podendo a omissão federal ser suprida por legislação estadual.

b) a lei estadual permanece integralmente eficaz, pois a competência legislativa plena exercida durante a omissão da União impede que normas gerais federais posteriores interfiram na disciplina já estabelecida pelo Estado.

c) a lei federal revoga a legislação estadual apenas nos dispositivos incompatíveis, preservando os demais, porque a superveniência de normas gerais federais resolve o conflito mediante revogação parcial das normas anteriormente editadas.

d) a lei estadual foi validamente editada no exercício da competência legislativa plena, e a lei federal superveniente suspende sua eficácia apenas nos dispositivos incompatíveis com as normas gerais estabelecidas pela União.

e) a lei federal torna integralmente inválida a legislação estadual, ainda que o conflito alcance apenas parte de seus dispositivos, cabendo ao Estado editar nova lei para exercer sua competência suplementar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

28. Determinada autoridade administrativa instaurou processo administrativo disciplinar para apurar suposta falta funcional praticada por um servidor público. Regularmente notificado, o servidor decidiu apresentar defesa escrita por conta própria, sem a assistência de um advogado. Ao final da instrução, a comissão processante elaborou relatório conclusivo e a autoridade aplicou a sanção de suspensão. O servidor, então, questionou a validade do processo alegando ausência de defesa técnica profissional, além de invocar teses sobre a aplicação dos princípios da administração pública. Considerando os princípios e entendimentos aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar acarreta a nulidade absoluta do procedimento por afronta ao princípio da ampla defesa.

b) O princípio da publicidade exige a divulgação oficial dos atos administrativos de caráter geral como requisito indispensável de sua validade.

c) No âmbito do princípio da ampla defesa, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

d) Em decorrência do princípio da segurança jurídica, é permitida a aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa sempre que voltada ao atendimento do interesse público.

e) O princípio da motivação alcança de forma genérica e irrestrita todos os atos administrativos, sendo de observância obrigatória inclusive na exoneração de ocupante de cargo em comissão.

29. Durante a execução de um importante contrato de prestação de serviços no Tribunal Regional do Trabalho, o ordenador de despesas tomou diversas decisões administrativas. Algumas dessas decisões basearam-se em critérios discricionários, enquanto outras resultaram na efetuação de despesas sobre as quais recaíram fundadas suspeitas de ilegalidade. A situação motivou a atuação do Poder Judiciário e também o escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU). Considerando os limites do controle judicial e as regras de atuação dos Tribunais de Contas, assinale a alternativa correta.

a) Ao tomar conhecimento formal das supostas irregularidades, o juiz competente poderá exercer o controle judicial de ofício, anulando prontamente os atos viciados do ordenador de despesas para evitar lesão ao patrimônio público.

b) O Poder Judiciário poderá exercer o controle sobre os atos discricionários praticados pelo ordenador de despesas, a fim de verificar se encontram-se dentro dos parâmetros definidos na lei e no Direito, anulando-os em caso de ilegalidade, sem adentrar no juízo de conveniência e oportunidade.

c) Caso o Tribunal de Contas da União constate ilegalidade no contrato administrativo firmado pelo Tribunal Regional do Trabalho, caberá à referida Corte de Contas a adoção imediata do ato de sustação do contrato, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

d) Se o Tribunal de Contas da União julgar irregulares as contas do ordenador de despesas, este poderá interpor recurso ao Poder Judiciário, que detém competência para rever o julgamento das contas e proferir nova decisão de mérito.

e) As decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União que aplicarem multa ao ordenador de despesas dependem de prévia homologação pelo Poder Judiciário para que adquiram eficácia de título executivo.

30. Mário, servidor de um Tribunal Regional do Trabalho, com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, revelou um fato que devia permanecer em segredo, do qual teve ciência em razão de suas atribuições, propiciando o beneficiamento de uma empresa por informação privilegiada. Mário não auferiu qualquer vantagem patrimonial e sua conduta não gerou perda patrimonial ao erário. Em outra situação no mesmo Tribunal, a servidora Joana, atuando exclusivamente com negligência e imperícia, autorizou a realização de uma despesa sem a observância das normas pertinentes, acarretando efetiva perda patrimonial ao Estado, embora sem qualquer intenção de alcançar esse resultado. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992 (com as alterações da Lei nº 14.230/2021) sobre as espécies, o elemento subjetivo e as sanções dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) A conduta de Joana configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, visto que a legislação admite a modalidade culposa quando há perda patrimonial efetiva e comprovada para os cofres públicos.

b) O ato praticado por Mário enquadra-se na categoria de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, a qual possui um rol taxativo de condutas expressamente enumeradas na legislação.

c) Para a configuração do ato de improbidade praticado por Mário, bastaria a comprovação da sua voluntariedade, sendo dispensável a demonstração da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

d) Caso Mário seja condenado, o magistrado poderá aplicar a ele, de forma isolada ou cumulativa, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 4 (quatro) anos.

e) A conduta de Joana não configura ato de improbidade administrativa, pois a lei exige a conduta dolosa, enquanto o ato de Mário caracteriza improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, cujas sanções limitam-se ao pagamento de multa civil e à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos.

31. Durante a execução de um contrato administrativo firmado por um Tribunal Regional do Trabalho para a construção de um novo edifício-sede, a Administração emite uma ordem escrita suspendendo a execução da obra por quatro meses consecutivos, alegando contingenciamento de verbas. Em paralelo, a contratada se depara com a presença de um solo rochoso não indicado nos estudos técnicos iniciais, o que encarece sobremaneira a fixação das fundações, e sofre também os impactos do aumento de um tributo federal de alcance geral que atinge o custo dos insumos. Considerando as hipóteses de inexecução sem culpa, alteração e extinção dos contratos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A presença do solo rochoso não identificado inicialmente caracteriza caso fortuito ou força maior, o que impõe a extinção do contrato sem culpa das partes em virtude da impossibilidade de conclusão dos trabalhos.

b) O aumento do tributo federal de alcance geral configura fato da administração, que consiste em uma ação estatal geral que atinge o contrato de forma reflexa, gerando o direito à alteração dos valores contratuais.

c) A Administração poderá determinar a extinção do contrato por ato unilateral e escrito caso verifique a falta de recursos, uma vez que a lei autoriza a extinção unilateral mesmo no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

d) A suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, pelo prazo ocorrido na situação hipotética, confere ao contratado o direito à extinção do contrato.

e) Caso a extinção do contrato ocorra por culpa exclusiva da Administração, o contratado não fará jus ao pagamento do custo de desmobilização, restringindo-se o seu direito à devolução da garantia e ao pagamento pelas parcelas executadas.

32. A administração de um Tribunal Regional do Trabalho precisa contratar a locação de um imóvel específico para sediar um fórum trabalhista, cujas características de instalação e localização são indispensáveis para o atendimento do interesse público. Na mesma ocasião, o órgão necessita realizar a compra de materiais de expediente de uso contínuo, bem como a contratação de serviço técnico especializado de assessoria jurídica com profissional de notória especialização. Considerando as regras sobre contratação direta constantes na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha configura hipótese de inexigibilidade de licitação, tendo em vista a inviabilidade de competição.

b) As hipóteses de inexigibilidade de licitação possuem rol taxativo previsto em lei, não sendo admitida a contratação direta fora das situações expressamente enumeradas no texto legal.

c) A contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização é admitida por inexigibilidade, inclusive para serviços de publicidade e divulgação.

d) As hipóteses de licitação dispensável possuem rol exemplificativo, conferindo à autoridade administrativa a faculdade de criar novas situações de dispensa conforme o juízo de conveniência e oportunidade.

e) A contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor para a aquisição de compras e outros serviços em geral é cabível para valores iguais ou inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

33. O Tribunal Regional do Trabalho pretende realizar licitações para atender a três demandas distintas: a aquisição de computadores de mesa padronizados no mercado, a escolha de um projeto arquitetônico para a construção de sua nova sede, e a alienação de veículos oficiais antigos que se tornaram inservíveis para a administração. Considerando as modalidades licitatórias e os critérios de julgamento estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

a) A modalidade pregão pode ser utilizada para a realização de obras de engenharia, adotando-se obrigatoriamente o critério de julgamento de menor preço ou maior desconto.

b) O diálogo competitivo é a modalidade indicada para a alienação de bens móveis inservíveis, devendo ser julgado pelo critério de maior lance.

c) O leilão é a modalidade de licitação destinada à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, sendo o critério de julgamento de maior lance exclusivo desta modalidade.

d) A concorrência é cabível para a contratação de bens e serviços especiais e de obras, admitindo todos os critérios de julgamento previstos na legislação, inclusive o de maior lance.

e) O concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, sendo o julgamento realizado obrigatoriamente pelo critério de técnica e preço.

34. Durante expediente em um Tribunal Regional do Trabalho, a autoridade competente tomou conhecimento de falta funcional praticada por servidor subordinado. No mesmo dia, a fiscalização sanitária interditou preventivamente e de forma imediata uma lanchonete privada instalada no prédio do órgão por comercialização de alimentos estragados, diante do risco iminente à saúde pública. Considerando os poderes administrativos, seus atributos e a aplicação de sanções, assinale a alternativa correta.

a) A instauração de procedimento administrativo para apurar a infração funcional do servidor constitui ato discricionário da autoridade competente, cabendo juízo de conveniência e oportunidade sobre a apuração.

b) A interdição imediata do estabelecimento comercial por motivo de urgência fundamenta-se no poder de polícia e goza de autoexecutoriedade, o que permite à Administração executar a decisão por seus próprios meios, sem necessidade de prévia ordem judicial.

c) O poder disciplinar decorre da supremacia geral da Administração e incide sobre toda a coletividade de forma indistinta, dispensando a presença de vínculo jurídico específico com o Estado.

d) A sanção disciplinar pode ser aplicada com base no princípio da verdade sabida, o que autoriza a supressão do contraditório e da ampla defesa caso a infração esteja gravada por câmeras de segurança.

e) A fase de ordem de polícia pode ser integralmente delegada a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta por meio de lei.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

35. As sociedades empresárias Alfa Comércio Ltda., Beta Logística Ltda. e Gama Serviços S.A. possuem, em seus quadros societários, os mesmos três sócios. Cada uma delas mantém administração própria e a condução dos negócios em geral de cada empresa ocorre de maneira autônoma. Beta e Gama, porém, compartilham o mesmo centro administrativo, atuam de forma coordenada na prestação de serviços a clientes comuns e mantêm planejamento financeiro integrado. Marcos, empregado de Beta, presta serviços, durante a mesma jornada de trabalho, tanto para Beta quanto para Gama, sem qualquer ajuste contratual específico a esse respeito.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:

a) A mera identidade de sócios entre Alfa e as demais sociedades é suficiente para que Alfa integre o grupo econômico e responda pelas obrigações trabalhistas de Marcos.

b) Configurado o grupo econômico entre Beta e Gama, a responsabilidade de Gama pelas obrigações trabalhistas de Marcos será subsidiária, condicionada ao prévio esgotamento do patrimônio de Beta.

c) A prestação de serviços por Marcos a Gama, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de dois contratos de trabalho, um com cada sociedade.

d) O grupo econômico pode configurar-se ainda que as empresas guardem, cada uma, sua autonomia, desde que demonstrados o interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

e) A caracterização do grupo econômico trabalhista exige que uma das empresas exerça direção, controle ou administração sobre as demais, de sorte que não foi caracterizado grupo econômico na situação em tela

36. Roberto retirou-se do quadro societário da Lumen Comércio Ltda., tendo a alteração do contrato social sido averbada em 15 de março de 2024. Meses depois, a Lumen teve seu estabelecimento adquirido pela Solaris S.A., que deu continuidade à atividade empresarial com os mesmos empregados. Em agosto de 2025, Fabiana, empregada admitida pela Lumen em 2021 e que passou a trabalhar para a Solaris, ajuizou reclamação trabalhista postulando diferenças salariais desde 2022.

A respeito da sucessão de empregadores e da responsabilidade do sócio retirante, considere:

I. Caracterizada a sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.

II. A empresa sucedida responde solidariamente com a sucessora em qualquer hipótese de sucessão, como forma de assegurar a satisfação dos créditos trabalhistas.

III. O sócio retirante Roberto responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até dois anos depois de averbada a modificação do contrato.

IV. Caso fique comprovada a existência de fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato, o sócio retirante continuará respondendo subsidiariamente, mas sem a observância da ordem de preferência prevista na CLT.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) III e IV

37. Carla exerceu, por doze anos consecutivos, a função de confiança de gerente de agência em instituição privada, recebendo a respectiva gratificação de função. Sem qualquer justo motivo, o empregador determinou sua reversão ao cargo efetivo anteriormente ocupado. Na mesma empresa, Diego, ocupante de cargo de confiança, foi transferido provisoriamente de Belém para Macapá, pelo período de oito meses, em razão de real necessidade de serviço, o que acarretou a mudança de seu domicílio.

Nos termos da CLT e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho,

a) Carla tem direito à incorporação da gratificação de função ao seu salário, por tê-la percebido por mais de dez anos, já que a reversão ocorreu sem justo motivo.

b) a reversão de Carla ao cargo efetivo configura alteração contratual unilateral ilícita, pois não houve justo motivo para a destituição da função de confiança.

c) Diego, por exercer cargo de confiança, poderia ser transferido sem sua anuência, desde que a transferência decorresse de real necessidade de serviço, mas, por se tratar de transferência provisória, faz jus ao adicional de, no mínimo, 25% dos salários enquanto durar essa situação.

d) a transferência de Diego dispensa o pagamento do adicional de transferência, pois o empregado que exerce cargo de confiança não está compreendido na proibição de transferência sem anuência.

e) as despesas resultantes da transferência de Diego devem ser suportadas em partes iguais pelo empregador e pelo empregado, salvo previsão contratual em sentido diverso

38. Uma rede hospitalar privada pretende reorganizar a jornada de seus empregados e consulta sua assessoria jurídica sobre as alternativas de compensação de horários admitidas pela CLT. De acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho,

a) o banco de horas pactuado por acordo individual escrito admite a compensação no período máximo de um ano, desde que não ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

b) a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada, sendo devidas como extraordinárias todas as horas destinadas à compensação.

c) na hipótese de rescisão do contrato sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, a sobrejornada não compensada será calculada como hora extra, tomando-se o valor da remuneração vigente à época da prestação do serviço.

d) nas atividades insalubres, como em ambientes hospitalares, a adoção da jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso requer licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

e) é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, estabelecer a jornada de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, sendo que a remuneração mensal pactuada abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados

39. Renata, empregada de uma empresa de comércio varejista, cumpre jornada contratual de oito horas diárias, mas usufrui, habitualmente, intervalo intrajornada de apenas 40 minutos. Não há norma coletiva aplicável à categoria que disponha sobre o intervalo para repouso e alimentação, nem ato ministerial específico sobre a duração do intervalo. O valor da hora normal de trabalho de Renata é de R$ 30,00.

Nessa situação, nos termos da CLT, pela supressão parcial do intervalo, Renata faz jus, por dia de trabalho, ao pagamento de

a) R$ 45,00, de natureza salarial, com reflexos no descanso semanal remunerado e nas demais parcelas.

b) R$ 45,00, de natureza indenizatória, correspondente à hora integral acrescida de 50%.

c) R$ 15,00, de natureza indenizatória, correspondente apenas ao período suprimido, com acréscimo de 50%.

d) R$ 15,00, de natureza salarial, com reflexos no descanso semanal remunerado e nas demais parcelas.

e) R$ 10,00, de natureza indenizatória, correspondente apenas ao período suprimido, sem qualquer acréscimo

40. Lucas, empregado de uma indústria, teve 10 faltas injustificadas ao serviço durante o período aquisitivo de férias e manifestou ao empregador, por escrito, sua concordância com o fracionamento das férias. Considerando a disciplina da CLT e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema,

a) Lucas terá direito a 24 dias corridos de férias, que poderão ser usufruídos em até três períodos, desde que um deles não seja inferior a quatorze dias corridos e os demais não sejam inferiores a cinco dias corridos cada um.

b) Lucas terá direito a 30 dias corridos de férias, sendo facultado ao empregador descontar as faltas injustificadas do período de férias.

c) caso pretenda converter um terço do período de férias em abono pecuniário, Lucas deverá requerê-lo até quinze dias antes do início do período de gozo.

d) o pagamento da remuneração das férias após o prazo legal, ainda que as férias sejam usufruídas na época própria, obriga o empregador ao pagamento em dobro da respectiva remuneração.

e) havendo concordância do empregado, é permitido o início das férias no dia que antecede feriado ou dos dois dias de repouso semanal remunerado

41. A respeito das modalidades de extinção do contrato individual de trabalho, à luz da CLT e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:

a) Na extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador, a indenização sobre o saldo do FGTS é devida na integralidade, sendo permitida a movimentação de 100% dos depósitos da conta vinculada.

b) Na despedida indireta fundada no descumprimento, pelo empregador, das obrigações do contrato, o empregado deve necessariamente afastar-se do serviço para pleitear a rescisão e as respectivas indenizações.

c) Constitui justa causa para a rescisão do contrato pelo empregador a perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, ainda que decorrente de conduta culposa do empregado.

d) Na extinção do contrato por acordo, são devidos por metade o aviso prévio, se indenizado, e a indenização sobre o saldo do FGTS, sendo devidas na integralidade as demais verbas trabalhistas, e essa modalidade de extinção não autoriza o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.

e) Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado não faz jus ao décimo terceiro salário proporcional

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

42. Assinale a alternativa que indica corretamente o princípio no Direito Processual do Trabalho que determina que a nulidade processual somente será reconhecida e posteriormente declarada quando houver demonstração de prejuízo manifesto às partes.

a) Princípio da convalidação.

b) Princípio da transcendência.

c) Princípio da boa-fé processual.

d) Princípio do aproveitamento da parte válida do ato.

e) Princípio da finalidade.

43. Joelson trabalhou como servente de obras de 2023 a outubro de 2025, quando foi dispensado. Ele trabalhava no Município de Niterói/RJ, mas ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador no Município de São Gonçalo/RJ, onde se localiza o escritório do seu advogado.

Citada, a sociedade empresária não concordou com a manutenção da competência na Vara de São Gonçalo e apresentou exceção de incompetência territorial.

Assinale a opção que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), contempla o prazo e o momento para a apresentação desse incidente.

a) Quinze dias contados da citação, antes da audiência.

b) Cinco dias a contar da citação, antes da audiência.

c) Até dez dias antes da apresentação das razões finais.

d) Até cinco dias anteriores à audiência.

e) A qualquer momento, mas antes do trânsito em julgado.

44. Nas audiências de julgamento nos dissídios individuais processados na Justiça do Trabalho, é

a) Indispensável o comparecimento do empregador, independentemente de advogado, podendo fazer-se substituir por sócio ou qualquer outro empregado. É igualmente indispensável o comparecimento do empregado, também independentemente de advogado, sendo que, se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não puder comparecer, poderá fazer-se representar por um familiar que tenha conhecimento dos fatos.

b) Facultativo o comparecimento das partes, reclamante e reclamado, sendo, contudo, obrigatório o comparecimento de seus advogados, os quais serão intimados das deliberações havidas na sessão no próprio ato, iniciando-se imediatamente a contagem dos prazos processuais.

c) Indispensável o comparecimento do empregador, independentemente de advogado, podendo fazer-se substituir por gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, não sendo necessário que esse seja seu empregado. É igualmente indispensável o comparecimento do empregado, também independentemente de advogado, sendo que, se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não puder comparecer, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão ou pelo seu sindicato.

d) Indispensável o comparecimento do empregador e do empregado, ambos acompanhados de advogado. O empregador poderá fazer-se substituir por gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos, não sendo necessário que esse seja seu empregado. O empregado poderá fazer-se substituir por outro empregado que pertença à mesma profissão ou pelo seu sindicato.

e) Indispensável o comparecimento do empregador, independentemente de advogado, podendo fazer-se substituir por gerente ou qualquer outro preposto, sendo que, exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, este deve ser necessariamente seu empregado. É igualmente indispensável o comparecimento do empregado, também independentemente de advogado, sendo que, se por doença ou qualquer outro motivo poderoso não puder comparecer, poderá fazer-se representar pelo seu sindicato.

45. Assinale a opção correta no que concerne à reconvenção no Processo do Trabalho.

a) No rito sumaríssimo, que busca celeridade e simplicidade, a reconvenção não é admitida, uma vez que introduziria maior complexidade, em violação ao espírito do procedimento, o que também afasta a aplicação subsidiária da regra processual segundo a qual se admite pedido contraposto nos juizados especiais cíveis.

b) A CLT autorizou apenas a compensação e a retenção como matérias a serem contrapostas pela parte reclamada, diretamente na oportunidade de contestação, nos ritos ordinário, sumário e sumaríssimo, de modo que não é incompatível a aplicação subsidiária da reconvenção ao processo do trabalho.

c) A CLT determina que são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

d) A compatibilidade da reconvenção com o rito sumaríssimo é uma posição consolidada do TST, que entende que a regra segundo a qual não se admite a reconvenção na disciplina dos juizados especiais cíveis não deve ser aplicada subsidiariamente ao rito sumaríssimo trabalhista.

e) Conforme a doutrina trabalhista majoritária, não é cabível a reconvenção no processo do trabalho, por ser inaplicável a subsidiariedade do processo civil.

46. De acordo com o que prevê expressamente a Consolidação das Leis do Trabalho sobre os atos, termos e prazos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

b) Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, quando o juízo entender necessário ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.

c) Os prazos processuais serão contados em dias corridos, com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.

d) Os atos e termos processuais, que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas, por motivo justificado, não possam fazê-lo, serão firmados a rogo, na presença de duas testemunhas, sempre que não houver procurador legalmente constituído.

e) Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.

47. Sandra ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a Floricultura Girassol Ltda.

Paula também ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Vigilância ABC Ltda. e do Município do Rio de Janeiro, para quem prestou serviços, requerendo a responsabilização subsidiária deste.

Foram atribuídos os valores das causas em **20 salários mínimos** na ação de Sandra e **15 salários mínimos** na ação de Paula.

Diante disso, nos termos da CLT,

a) o processo de Sandra correrá sob o procedimento sumaríssimo e o de Paula sob o rito ordinário.

b) o juiz decidirá, na audiência, o rito a ser seguido em cada reclamação.

c) o processo de Sandra correrá sob o rito ordinário e o de Paula sob o procedimento sumaríssimo.

d) ambas as ações seguirão sob o rito sumaríssimo.

e) ambas as ações seguirão sob o rito ordinário.

48. À luz das disposições da CLT acerca do **Recurso de Revista**, assinale a alternativa **CORRETA**.

a) O recurso de revista, em regra, não é cabível em face das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas nos processos de incidente de embargos de terceiro.

b) É cabível recurso de revista em face das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas em execução de sentença, desde que demonstrada violação de lei federal ou ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

c) O recurso de revista não é cabível em face das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas em execução de sentença, mesmo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

d) É cabível recurso de revista em face das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas nos processos de incidente de embargos de terceiro, desde que demonstrada violação de lei federal ou ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

e) O recurso de revista não é cabível em face das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas em processo incidente de embargos de terceiro, mesmo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

49. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis, porém renunciáveis, contanto que haja o consentimento informado do respectivo titular.

b) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a perdas e danos por atos ofensivos a direitos da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, excluídos os colaterais.

c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo

d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se ficar comprovada a ausência de intenção difamatória

e) A indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais depende da efetiva prova de prejuízo.

50. Pedro locou um imóvel de sua propriedade à sua namorada, Maria. A locação teve início em fevereiro de 2015. Ocorre que Maria jamais efetuou o pagamento de nenhum dos valores devidos a título de aluguel. Em fevereiro de 2017, Pedro e Maria se casaram. O casamento durou até fevereiro de 2022, quando o casal resolveu se divorciar.

Com relação aos aluguéis vencidos entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2017, é correto afirmar que:

a) Ainda não prescreveram.

b) A prescrição se consumou em fevereiro de 2023.

c) A prescrição se consumou em fevereiro de 2024.

d) A prescrição se consumou em fevereiro de 2025.

e) A prescrição se consumou em fevereiro de 2026.

51. Com relação ao pagamento no direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.

b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que ele não era credor.

c) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, será o credor obrigado a receber por partes.

d) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

e) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos.

52. Carlos, 16 anos, não emancipado, é proprietário de um cão da raça *pitbull*. Ao avistar na rua Leandro, seu desafeto de escola, açulou o animal para que o atacasse. Em razão do fato, Leandro ficou com o rosto deformado.

Com relação à situação descrita, é correto afirmar:

a) Os pais de Carlos podem ser responsabilizados, desde que comprovada sua culpa *in vigilando* em relação à conduta do filho.

b) Carlos poderá ser responsabilizado, se ficar comprovado que agiu dolosamente.

c) Carlos poderá ser responsabilizado, se ficar comprovado que seus responsáveis não dispõem de meios suficientes.

d) Leandro poderá pleitear reparação por danos materiais e morais, sendo incabível a pretensão reparatória por dano estético, porquanto já incluída nos danos morais.

e) Caso fique comprovada a culpa concorrente de Leandro, poderá ser afastada a responsabilidade civil.

53. Com relação à posse, assinale a alternativa correta.

a) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.

b) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

c) É justa a posse se o possuidor ignora o vício, ou obstáculo, que impede a aquisição da coisa.

d) A posse pode ser adquirida pela pessoa que a pretende ou por seu representante, mas não por terceiro sem mandato.

e) A posse transfere-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.

54. Com relação ao poder familiar, assinale a alternativa correta.

a) Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar sobre os filhos menores, incluindo-se a prerrogativa de conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior.

b) O poder familiar dos pais biológicos não se extingue com a adoção.

c) Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, de ofício, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres.

d) Será suspenso, por ato judicial, o poder familiar do pai ou mãe que castigar imoderadamente o filho.

e) O genitor que praticar homicídio contra o outro não perderá o poder familiar sobre os filhos, já que legislação situa em planos distintos a situação conjugal e o poder parental.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Giulian Salvador

55. Duas ações de conhecimento tramitam perante juízos distintos, envolvendo partes diferentes e relações jurídicas autônomas. Embora não exista identidade entre os pedidos nem entre as causas de pedir, a solução de ambas depende da definição de uma mesma questão jurídica prejudicial, existindo risco concreto de decisões contraditórias caso os processos sejam julgados separadamente.

Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

a) A reunião dos processos é juridicamente impossível, uma vez que a conexão pressupõe identidade de partes, pedido e causa de pedir.

b) A reunião dos processos somente será admissível quando houver identidade de causa de pedir, ainda que os pedidos sejam distintos.

c) Os processos deverão ser reunidos para julgamento conjunto em razão do risco de decisões conflitantes ou contraditórias, mesmo sem conexão entre eles.

d) A reunião dependerá necessariamente da anuência das partes envolvidas, pois a modificação da competência relativa exige manifestação expressa dos litigantes.

e) A inexistência de conexão impede a reunião dos processos, ainda que as decisões possam produzir resultados logicamente incompatíveis

56. De acordo com a Lei nº 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, constituem princípios orientadores da mediação, EXCETO:

a) Imparcialidade do mediador.

b) Autonomia da vontade das partes.

c) Busca do consenso.

d) Boa-fé.

e) Publicidade

57. Sobre as hipóteses de cabimento da ação rescisória previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) A decisão de mérito transitada em julgado poderá ser rescindida quando proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.

b) A decisão transitada em julgado que não tenha apreciado o mérito poderá ser objeto de ação rescisória quando impedir a admissibilidade do recurso correspondente.

c) A ação rescisória poderá ter por objeto apenas um capítulo da decisão judicial, não sendo necessária a impugnação integral do pronunciamento.

d) O erro de fato autoriza a rescisão da decisão quando o magistrado admitir fato inexistente, ainda que esse fato tenha constituído ponto controvertido sobre o qual deveria ter se pronunciado.

e) A decisão de mérito transitada em julgado poderá ser rescindida quando fundada em prova cuja falsidade venha a ser demonstrada na própria ação rescisória

58. Considerando a disciplina da tutela da evidência prevista no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) A tutela da evidência poderá ser concedida quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, independentemente da demonstração de perigo de dano.

b) A tutela da evidência poderá ser concedida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

c) A tutela da evidência poderá ser concedida quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, hipótese em que será decretada a entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

d) A tutela da evidência poderá ser concedida quando a petição inicial estiver instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, à qual o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

e) A tutela da evidência poderá ser concedida liminarmente em qualquer das hipóteses previstas no art. 311 do CPC, desde que demonstrada a elevada probabilidade do direito alegado

59. A respeito dos prazos para oposição e contestação dos embargos de terceiro, conforme as disposições do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa CORRETA.

a) No processo de conhecimento, os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo enquanto não transitada em julgado a sentença.

b) No processo de conhecimento, os embargos de terceiro podem ser opostos até quinze dias após o trânsito em julgado da sentença. No processo de execução, o prazo será de cinco dias após a arrematação, independentemente da assinatura da respectiva carta.

c) No cumprimento de sentença e no processo de execução, os embargos de terceiro deverão ser opostos até dez dias após a adjudicação, a alienação por iniciativa particular ou a arrematação, desde que ainda não tenha sido expedida a respectiva carta. A contestação deverá ser apresentada em quinze dias.

d) No processo de conhecimento, os embargos de terceiro podem ser opostos até a prolação da sentença, ainda que não tenha ocorrido o trânsito em julgado. No processo de execução, poderão ser apresentados até cinco dias após a assinatura da carta de arrematação.

e) Os embargos de terceiro podem ser opostos até cinco dias após o trânsito em julgado da sentença, no processo de conhecimento, e até quinze dias após a arrematação, no processo de execução, sendo de dez dias o prazo para contestação

60. A respeito do processamento dos recursos extraordinário e especial, especialmente quanto aos prazos e às providências previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa CORRETA.

a) Recebida a petição do recurso extraordinário ou especial pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias.

b) Recebida a petição do recurso extraordinário ou especial, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias, findo o qual os autos serão imediatamente remetidos ao tribunal superior competente.

c) Caso o relator do recurso especial entenda que a controvérsia versa sobre questão constitucional, deverá conceder ao recorrente o prazo de 5 dias para demonstrar a existência de repercussão geral, sendo vedada a posterior remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.

d) Na sistemática dos recursos repetitivos, demonstrada a distinção entre a questão discutida no processo sobrestado e aquela submetida a julgamento no tribunal superior, a parte contrária deverá ser ouvida sobre o pedido de prosseguimento no prazo de 15 dias.

e) No julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos, o Ministério Público deverá manifestar-se no prazo de 30 dias quando o relator requisitar informações aos tribunais inferiores, sendo de 2 anos o prazo previsto para julgamento dos recursos afetados

ESTUDO DE CASO

Em março de 2023, a 2ª Vara do Trabalho de Macapá (AP) condenou o fotógrafo Rogério Amanajás a pagar verbas trabalhistas a Benedita Sarges, cozinheira da família na casa dele de 2019 a 2022. Citado em 2 de setembro de 2024 para pagar R$ 93.400,00, já com custas e contribuições previdenciárias, ele não pagou nem garantiu o juízo no prazo. O bloqueio bancário nada encontrou, e o juízo expediu mandado de penhora e avaliação a pedido de Benedita, que indicava a casa e alegava que a dívida nascera do trabalho prestado nela.

Em 18 de setembro de 2024, a oficiala de justiça Lúcia Picanço foi à casa, onde Rogério morava com a esposa e os dois filhos, e ele mostrou certidão do registro de imóveis segundo a qual nenhum outro imóvel estava em seu nome. Na sala havia um televisor de 50 polegadas e uma tela a óleo de pintor paraense conhecido, que ele disse ter custado R$ 25.000,00 e cujo valor a oficiala não soube estimar. Nos quartos e na varanda estavam mais três televisores de 75 polegadas, que ela avaliou em R$ 6.500,00 cada, e a cozinha tinha geladeira e fogão. No estúdio dos fundos ficavam as câmeras e lentes com que Rogério fotografava casamentos, avaliadas em R$ 48.000,00, e a garagem abrigava um utilitário 2016 quitado, usado pela família, avaliado em R$ 62.000,00. Rogério ofereceu a tela para livrar o carro e recusou-se a assinar como responsável pela guarda de qualquer bem.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

a) Examine se a casa de Rogério Amanajás pode ser penhorada, considerando o pedido formulado por Benedita Sarges

b) Indique, entre os bens móveis encontrados na diligência de 18 de setembro de 2024, os que podem e os que não podem ser penhorados, justificando cada caso

c) Determine como a oficiala deve conduzir a penhora e lavrar o auto, diante do valor da execução, da proposta e da recusa do executado

Resposta em, no mínimo, 15 linhas e, no máximo, 30 linhas

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0